

- 9 SET 1986

A renegociação e a viagem aos EUA Síndia Gó

A renegociação da dívida nacional com os bancos comerciais estrangeiros, correspondente aos anos de 1985 e 1986, foi finalmente acertada, após grandes dificuldades. Para o Brasil, foi um sucesso. Depois desta etapa, entretanto, as dificuldades serão ainda maiores, quando se passar à renegociação plurianual da dívida referente aos próximos anos. Essa renegociação será objeto das conversações que o presidente Sarney manterá em Washington. Delas dependerá o sucesso da próxima renegociação, cujos termos, a despeito do desejo do governo brasileiro, dificilmente serão estabelecidos antes das eleições de 15 de novembro e de se configurar o futuro do Plano Cruzado.

As negociações sobre o acordo que acaba de ser concertado haviam sido encetadas pelo governo anterior e interrompidas em vista da perspectiva de mudança de regime político. Em fevereiro, o governo da Nova República apresentou sua posição, mas a assinatura do acordo teve de ser várias vezes protelada. O fechamento do acordo traz alívio para o governo brasileiro, que, com isso, economi-

zará talvez cerca de 320 milhões de dólares. A redução do *spread* (da média de 2% para 1,25%) é, certamente, o fator mais importante, mas o País conseguiu renegociar cerca de 31 bilhões de dólares e assegurar a manutenção das linhas de crédito necessárias à boa marcha de seu comércio exterior.

O acordo não foi fácil, como dizíamos. Pela primeira vez, instituições de porte desistiram a meio caminho, devido a dificuldades ligadas às "operações 63" de bancos em liquidação, a exigências apresentadas pelo governo brasileiro e também a declarações, nem sempre bem entendidas, do ministro Dílson Funaro, dando a impressão de que o Brasil se reservaria o direito de fixar o montante das transferências reais para o Exterior.

O governo brasileiro não pode esquecer esse clima desagradável que se criou com os credores estrangeiros, agora que pretende renegociar um acordo multianual a fim de poder programar com maior segurança sua economia, sem sofrer o desgaste que obrigou o Banco Central a designar

um diretor *ad hoc* das renegociações amiudadas.

Sem dúvida, o que mais assusta os bancos credores são as declarações do ministro da Fazenda. Além disso, porém, a renegociação é dificultada por certa descrença no Plano Cruzado. Segundo não poucos banqueiros, o Plano Cruzado está seguindo uma linha heterodoxa e poderá desembocar num grave impasse se o governo prosseguir na política de congelamento artificial dos preços, que ameaça até as exportações nacionais. Por outro lado, o superávit da balança comercial representa o traço mais apreciado pelos bancos estrangeiros.

Os banqueiros, por experiência direta, conhecem o peso dos imperativos políticos, e sabem que, dificilmente, em época de eleição, se adotam medidas que se sabem necessárias. Em vista, porém, da incerteza do calendário eleitoral (eleição do presidente da República), os bancos credores usarão de muita cautela.

Há também dois graves problemas: o acordo com o Clube de Paris e a necessidade de acordo com o FMI,

sem o qual não será fácil, por ir contra as regras, o acerto com o Clube de Paris. Em sua viagem aos Estados Unidos, o presidente Sarney terá duas oportunidades de abordar estas questões: com o presidente Ronald Reagan e com o diretor-gerente do Fundo Monetário Internacional, sr. Jacques de Larosière. Ambos procurarão convencer o governo brasileiro de que existe uma ordem internacional a ser considerada e que o FMI não é o bicho-papão que alguns imaginam. Parece difícil, todavia, chegar-se a uma conclusão sobre todo este assunto. Mas será bom que o presidente Sarney, em seu primeiro contato com o diretor-gerente do FMI, sinta diretamente o problema, sem a mediação de seus assessores.

De qualquer modo, a conjuntura internacional é particularmente favorável ao Brasil, no momento, devendo à redução das taxas de juros e à compreensão mostrada pelos credores após a crise do México. Esperamos e desejamos que o presidente Sarney, nesse contato internacional, tire bom partido das oportunidades que ora se oferecem ao Brasil.